

CONSTRUÇÃO PESADA

IMPRESSO
Impresso fechado.
Pode ser aberto pela ECT

Publicação mensal
agosto de 2015
ano 12 – número 138



**Construtoras
aguardam liberação
dos pagamentos
para retomar obras
da BR-116**

Contorno de Pelotas - Lote 1B

**SICEPOT**
Sindicato da Indústria
da Construção de Estradas,
Pavimentação e Obras
de Terraplenagem em geral
no Estado do Rio Grande do Sul

Aneor vê com pessimismo cenários do setor no país

EDITORIAL

Acesso ao Porto de Rio Grande - um exemplo de má gestão pública

Licitadas em 2010, as obras de duplicação da BR-116 Sul, entre Guaíba e Pelotas, e o contorno de Pelotas, entre a ponte do Retiro e a ponte do São Gonçalo, numa extensão aproximada de 260 km, tiveram suas ordens de serviço emitidas pomposamente em agosto de 2012, após discussão técnica entre o DNIT e TCU sobre o valor dos contratos, projetando suas conclusões efetivas respectivamente para dois e três anos após a cerimônia, na Fenadoce, com presença maciça de governantes e políticos.

Cobradas pelo Ministro dos Transportes e diretor geral do Dnit, as empresas, divididas em 11 lotes, imediatamente se mobilizaram e se capacitaram para cumprir a missão contratada.

A partir de então, as empresas passaram a enfrentar o calvário dos entraves burocráticos do estado, começando pela demora na liberação dos processos de meio ambiente e desapropriações, por

uma nova tentativa de embargo pelo TCU, ainda em 2012, pela demora no acerto da readequação dos projetos, o que gerou créditos não passíveis de medição. Isso culminou com atrasos sistemáticos de pagamento do órgão, a partir de setembro de 2014, e aumentos abusivos dos materiais asfálticos pela Petrobrás, em outubro e dezembro de 2014, paralisando os serviços de revestimento em toda a extensão das rodovias.

Em agosto de 2015, portanto três anos após a emissão das ordens de serviço, o quadro é patético.

Dos nove lotes da BR-116, nenhum apresenta andamento normal em suas obras. Três estão totalmente paralisados desde o início do ano, havendo algumas das empresas envolvidas em recuperação judicial e as demais com graves problemas financeiros.

No contorno de Pelotas a situação é menos grave, com um lote praticamente pronto e o outro

com cerca de 80% concluídos, mas ainda na espera de soluções de problemas de desapropriação que impedem a conclusão dos serviços.

Como se não bastasse tudo isso, ainda não foram contratadas as obras da ponte do São Gonçalo e ponte do Camaquã, fundamentais para a continuidade da rodovia até o porto de Rio Grande.

Com isso, o estado do Rio Grande do Sul, que amarga em seu custo logístico de transporte um valor alarmante de quase 20% do seu PIB, terá de suportar um atraso de, no mínimo, mais dois anos para a conclusão efetiva dos serviços contratados. Ou seja, sete anos após a licitação das obras, o que, convenhamos, precisa ser repensado por meio da transferência do setor de infraestrutura em transportes para o setor privado e a urgente implantação de um programa sério de concessões.

Nelson Sperb Neto
Presidente do SICEPOT-RS



Praça Osvaldo Cruz, nº 15 – cj. 1414
90.038-900 - Porto Alegre/RS
Fone: (51)3228-3677
Fax: (51)3228-5239
E-mail: diretoria@sicepotrs.com.br

Publicação mensal

Presidente

Nelson Sperb Neto

Vice-Presidente

Cylon Fernandes Rosa Neto

Diretor Administrativo-Financeiro

Nilton Scapin

Diretores Executivos

Aloísio Milesi

Caetano Alfredo Silva Pinheiro

Edgar Hernandez Candia

Jandir dos Santos Ribas

Julio Carlos Comin

Odilon Alberto Menezes

Ricardo Lins Portella Nunes

Valdir Turra Carpenedo

Conselho Fiscal

Titulares

Alexandre César Beck de Souza

Everton Andreetta

Roberto Leitão dos Santos

Suplentes

Carlos Englert

Carlos Alves Mees

Renan Schaeffer da Silva

Delegados – Representantes junto à FIERGS

Titulares

Humberto César Busnello

Ricardo Lins Portella Nunes

Suplentes

André Loiferman

Paulo Eduardo Nunes Ponte

Produção e Edição

Matita Perê Editora Ltda.

Av. Chicago, 92

Fone (51) 3392-7932

Editor – Milton Wells

mwells@terra.com.br

Editoração

Lavoro C&M

Fone (51) 8210-2460

Tiragem: mil exemplares

LINCK



Porto Alegre: 51 2125-5355
Caxias do Sul: 54 3225-2410
Passo Fundo: 54 3327-4611
www.pesa.com.br

INFRAESTRUTURA

São Paulo, Minas Gerais e Bahia são os estados com maior número de PPPs no Brasil

Desde a criação da lei federal das Parcerias Público-Privadas (PPPs), em 2004, cerca de 80 contratos de concessão patrocinada e administrativa foram celebrados no Brasil, com a maior parte de concessões administrativas. Nos últimos anos, desde 2012, foram assinados mais de 10 contratos por ano.

Atualmente, mais de 40 das PPPs brasileiras estão em fase operacional, ou seja, já superaram a fase de construção, com destaque para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, informa o especialista Bruno Ramos Pereira, coordenador do portal PPP Brasil.

Uma parte relevante dos projetos contratados pertence às áreas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Há também no setor de resíduos sólidos, saúde e arenas esportivas, assim como metrô e Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), acrescenta.

De acordo com Pereira, o maior desafio para a promoção de PPPs é a tomada de decisão. Isso implica equipes bem treinadas; recursos orçamentários para a contratação de consultores externos; legitimidade política; clareza sobre quais



Esgotamento sanitário: PPPs são alternativa de investimento

são os projetos prioritários; relacionamento técnico de qualidade com o controle externo, entre outros.

Além disso, o processo de tomada de decisão consome diversos meses, desde a definição do projeto até a sua licitação, complementa Pereira.

“Atualmente, a movimentação mais relevante é proveniente dos municípios. Diversos deles se prepararam nos últimos anos e estão em condições de, nos próximos meses, realizar licitações de PPP”, diz. “No âmbito estadual, espera-se um movimento crescente, a partir do segundo semestre de 2016, pois os mandatos

dos governadores estão apenas se iniciando. Creio que haverá movimentação relevante nos estados de São Paulo, Bahia e Piauí.”

Sobre a questão do Fundo Garantidor — necessário para garantir o crédito aos credores, caso o governo falhe nos pagamentos —, Pereira explica que existem experiências diferentes no sentido de reduzir a percepção de risco de inadimplência do poder público aos olhos dos investidores. “Nem sempre são utilizados Fundos Garantidores, mas em geral o seu patrimônio pode ser formado por recursos financeiros do instituidor, títulos públicos,

valores mobiliários, imóveis e outros”, afirma. “Há também alternativas de garantias no Brasil que são concebidos com base na vinculação de parte dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).”

Para o especialista, a concepção de uma garantia adequada ao projeto é crucial para a sua viabilidade. “Mesmo diante do cenário fiscal complexo que está sendo enfrentado pelos estados e municípios, podem ser concebidas garantias que sejam ao mesmo tempo viáveis para o poder público e satisfatórias aos olhos do investidor”, complementa.

INFRAESTRUTURA

Dnit acelera quitação de débitos

O superintendente regional do Dnit, Hiratan Pinheiro da Silva, está otimista quanto à retomada do ritmo normal das obras da BR-116, no trecho entre Guaíba e Pelotas. Ele considera superados os motivos que determinaram a redução das atividades nos nove trechos do empreendimento, como a falta de repasse dos pagamentos do órgão às construtoras e o aumento dos preços do asfalto.

“Esperamos que as empresas estejam com fluxo de caixa adequado para a retomada das obras, na medida em que os pagamentos estão sendo normalizados e repactuados os preços dos materiais betuminosos”, afirmou.

A Petrobras promoveu dois aumentos consecutivos nos preços do asfalto, em 24 de novembro e em 22 de dezembro do ano passado, que somados representaram uma elevação média de 37% nos preços dos dois principais tipos do insumo utilizados em obras de pavimentação: o cimento asfáltico de petróleo (CAP) e o asfalto diluído de petróleo (ADP).

De acordo com levantamento do Dnit, 53,8%



Foto Divulgação

Pinheiro: Até o final do ano, o Dnit deverá aplicar cerca de R\$ 540 milhões em obras no RS

da duplicação da BR-116 estão concluídos. A obra deveria ser entregue ao tráfego em julho deste ano.

Segundo levantamento do Dnit/RS, nos primeiros cinco meses de 2015 foram investidos nas rodovias federais do Rio Grande do Sul uma média de R\$ 67,6 milhões. Após anúncio do orçamento do governo federal, em junho, a média passou para R\$ 77 milhões, apontando um incremento de R\$ 10 milhões no orçamento men-

sal da superintendência regional. Ao total, segundo Pinheiro, em 2015 serão investidos R\$ 885 milhões, diante de R\$ 1,1 bilhão do ano passado.

Sobre os débitos do Dnit com as construtoras, o superintendente informou que até setembro todos os créditos das construtoras serão colocados em dia, e a partir desse mês as empresas receberão seus pagamentos em 90 dias, independente da medição das obras. Pinheiro, de ou-

tra parte, garantiu que os débitos remanescentes de setembro de 2014 “já foram liquidados”, tendo sido pagos cerca de R\$ 500 milhões, em nível nacional, no dia 3 de agosto.

Pinheiro informou que o Dnit deverá lançar em 2015 as licitações das pontes sobre o rio Camapuã, no município de Cristal, e de Jaguarão, além da continuação da BR-448; do lote 4, em Rio Grande; e da BR-382, no trecho entre Santa Ma-

AMMANN

Grupo
Betunel

s para normalizar obras no estado

ria e Santo Ângelo, que depende ainda da contratação da equipe responsável pelos estudos de meio ambiente.

Até o final do ano, o Dnit deverá aplicar cerca de R\$ 540 milhões, dos quais metade para cons-

trução e metade para manutenção de toda a malha rodoviária federal do estado, de 5.305 quilômetros. Até a primeira semana de agosto, apenas 500 quilômetros ainda estavam sem cobertura contratual.



Andamento das obras

Obras	Estágio da obra
BR-290/BR-116	
2ª Ponte do Guaíba	14,3%
BR-116/Sul	
Duplicação Guaíba Pelotas	53,8%
BR-158/BR-287/BR-392	
Travessia Urbana de Santa Maria	11%
BR-290 - Duplicação	1,5% Lote 1 aguarda anuência da Funai para iniciar os serviços. Os demais estão em obras.
Eldorado do Sul/Pantano Grande	
BR-116 - Melhorias operacionais	Lote 1 em licitação e Lote 2 em andamento
BR-392/BR-116	
Duplicação Contorno de Pelotas	85,3%
BR-392	
Duplicação Pelotas/Rio Grande.	
BR-386	
Duplicação Tabai/Estrela	91,2%

Previsão orçamentária 2015

Período	Valor (milhões)	Valor (milhões)
Junho	R\$ 22,1	R\$ 38,1
Julho	R\$ 22,8	R\$ 31,0
Agosto	R\$ 38,1	R\$ 30,1
Setembro	R\$ 44,1	R\$ 31,1
Outubro	R\$ 48,2	R\$ 44,1
Novembro	R\$ 49,9	R\$ 49,4
Dezembro	R\$ 48,1	R\$ 48,8
Total	R\$ 273,3	R\$ 272,6

Previsão orçamentária 2015

Carteira de contratos do DNIT/RS

Setor	Contratado	Executado	%
Construção	R\$ 4.152.463.717,92	R\$ 1.646.789.357,83	39,7%
Manutenção	R\$ 1.109.120.726,79	R\$ 437.377.109,85	39,4%
Projeto/Planejamento	R\$ 102.872.671,66	R\$ 66.127.155,41	64,3%
Operações/Sinalização	R\$ 208.072.006,18	R\$ 8.327.891,74	4,0%
Total	R\$ 5.572.529.122,55	R\$ 2.158.621.514,83	38,7%



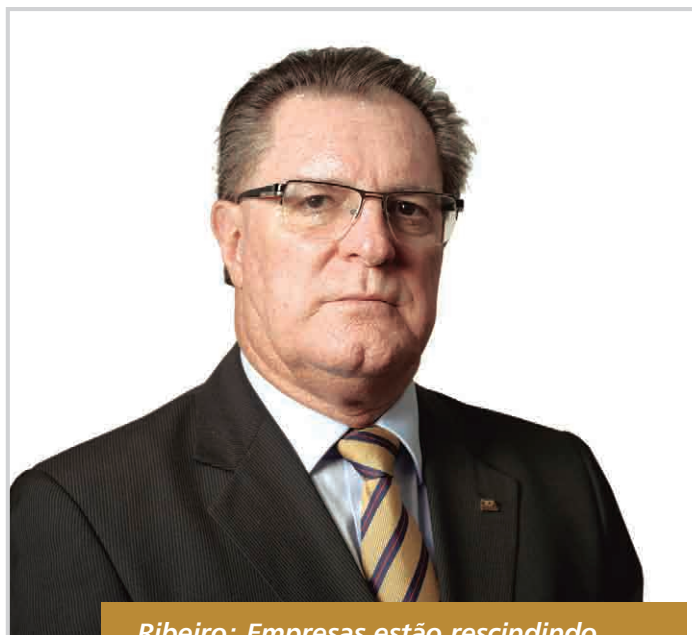
Tauron
Equipamentos



INFRAESTRUTURA

Aneor vê com pessimismo os cenários do setor no país

Em entrevista a CONSTRUÇÃO PESADA, o presidente da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor), José Alberto Pereira Ribeiro, afirma que as empresas do setor reduziram em mais de 40% o ritmo de trabalho no país, em decorrência da demora do Dnit em saldar seus débitos remanescentes do ano passado. "Por mais que sejamos otimistas e propositivos, temos que ser realistas", disse o dirigente. "Vamos demorar um pouco para absorver todos esses componentes políticos e econômicos que interferem no equilíbrio financeiro do segmento. E, infelizmente, não enxergamos nenhum movimento, por parte do governo, que acene com soluções capazes de abreviar esse cenário", acrescentou.



Ribeiro: Empresas estão rescindindo contratos, demitindo funcionários e deixando de honrar seus compromissos com fornecedores em decorrência da falta de pagamentos do governo.

Existe alguma previsão do pagamento dos débitos ao setor devidos pelo Dnit?

A dívida hoje permanece em torno de R\$ 1,8 bilhão. E se as parcelas continuarem sendo pagas no atual ritmo, com 120 dias de atrasos, no final do ano a dívida será de R\$ 2,3 bilhões.

Qual o efeito desse atraso nos pagamentos

sobre o setor em termos de saúde financeira das empresas?

O efeito é o pior possível. Não temos como precisar em números, mas temos a informação de que já há empresas rescindindo contratos, demitindo funcionários e deixando de honrar seus compromissos com fornecedores em decorrência da falta de pagamentos do governo.

Qual o número de empresas que já pediram recuperação judicial em consequência da atual conjuntura?

Infelizmente, ainda não temos esse dado, mas estamos reunindo informações de cada região para ter um quadro mais fiel dessa situação.

Qual o nível de atividades do setor atualmente?

O setor reduziu em mais de 40% o ritmo de trabalho.

A entidade chegou a propor alguma alternativa para o Dnit quitar os débitos?

Sim, por várias vezes estivemos reunidos com o ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues. E chegamos a expor a situação ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy. A Aneor sempre foi uma entidade propositiva. Contribuiu com o governo em momentos cruciais para o setor, como ocorreu em 2005, com o Petse (Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas), com a sugestão de um recurso vinculado para o setor, conquistado em 2001/2002. E

Priori Locações e Vendas

Grupo **MAKENA**

JCB

A casa da JCB | (51)3373.1111 | www.makena.com.br

com a criação da Cide Combustíveis, que hoje tem os recursos desviados pelo governo para outros fins na composição do superávit primário. Enfim, temos uma lista considerável de sugestões e ações da entidade nesse sentido. No momento estamos propondo que os recursos da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sejam novamente direcionados ao nosso segmento, como determina a lei. Também estamos propondo uma nova formação para um programa de manutenção de rodovias, visto que boa parte delas necessita de reparos urgentes.

Quais os cenários para o segundo semestre do ano?

Por mais que sejamos otimistas e propositivos, temos que ser realistas. Vamos demorar um pouco para absorver todos esses componentes políticos e econômicos que interferem no equilíbrio financeiro do segmento. E, infelizmente, não enxergamos nenhum movimento, por parte do governo, que acene com soluções capazes de abreviar esse cenário. O setor está acuado e sem perspectivas de retomar as ré-

deas da situação. Mesmo assim, a Aneor aguarda que as sugestões do setor sejam acatadas.

Qual o volume estimado para este ano em investimentos do governo federal? Compare com o ano anterior?

Com relação aos desembolsos mensais, historicamente, o Dnit repassa cerca de R\$ 1 bilhão mensalmente, sendo R\$ 500 milhões em obras de manutenção e a outra metade em obras de ampliação. Hoje, são R\$ 500 milhões para todas as despesas do Ministério dos Transportes, incluindo gastos com custeio e outras demandas. Não temos como fazer obras com os recursos que sobram.

Como o senhor avalia as chances do PIL 2 na área rodoviária?

Esse cenário, certamente, vai interferir na execução do PIL 2, em 2016. Se continuarmos dessa forma, não teremos como tocar esses grandes projetos de obras e nem empresas com saúde financeira para isso. Com o programa de manutenção quase parado, teremos, sim, que retroceder à época do tapa-buraco e responder às demandas mais urgentes.



Evento contou com o lançamento da mostra "Daer: Há 78 anos na estrada"

Daer comemora aniversário de 78 anos

O Daer comemorou, em 11 de agosto, 78 anos de existência. Cerca de 200 servidores que lotaram o auditório do edifício-sede assistiram a uma cerimônia marcada por emoção e irreverência. O diretor-geral do Daer, Ricardo Nuñez, em saudação aos presentes, destacou a posição do Daer como referência do setor na América Latina.

O dirigente revelou a expectativa de apresentar no final desta gestão um Departamento ainda mais fortalecido e comprometido com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. "O Daer tem uma condição diferente de outros órgãos do estado", afirmou. "Estamos sempre abertos a mudanças, a incorporar o que é novo."

Lauro Hagemann, presidente do Conselho Rodoviário, ressaltou a competência do Departamento, reconhecida em todo o país, além da necessidade

do comprometimento de todos com a atualização e a modernização do órgão. "O Daer só perde para ele mesmo", advertiu. Roberto Niederauer, presidente do Conselho de Tráfego, falou da paixão que arrebatou todos que trabalham e já trabalharam no Departamento, classificando o órgão como um "estandarte rodoviário no país".

Em seu pronunciamento, o diretor-geral da Secretaria Estadual dos Transportes e Mobilidade (STM), Vanderlan Frank Carvalho, enfatizou o compromisso do secretário Pedro Westphalen na manutenção e no fortalecimento da autarquia.

O evento contou também com o lançamento da mostra "Daer: Há 78 anos na estrada", que ficará exposta no edifício-sede até o final do mês e, paralelamente, percorrerá as 17 superintendências regionais da autarquia.



**A FORÇA PARA O DESENVOLVIMENTO
DO SEU NEGÓCIO COMEÇA
COM GRANDES MARCAS.**



Matriz Gravataí - RS
Fone: +55 (51) 3488.3488
Rod. RS 118, Km 18, nº 5195
CEP: 94130-390
Bairro: Bom Sucesso
Gravataí - RS

Filial Caxias do Sul - RS
Fone: +55 (54) 3206.2215
Rod. RS 122, Km 66
CEP: 95115-550
Bairro: Forqueta
Caxias do Sul - RS

romac@romac.com.br
www.romac.com.br